



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

P4 da 7ª Região da Polícia Militar

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

**PMMG/7RPM/NAIS - NAIS da 7ª Região da Polícia Militar**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRA DE BENS**

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
02/06/2026	Polícia Militar de Minas Gerais	1259975
RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA	
Nome: NAIS/EM 7ª RPM E-mail: saudenais@gmail.com	NAIS/EM7ª RPM	

**SUMÁRIO**

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2. - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3. - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4. - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5. - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6. - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
7. - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
8. - HABILITAÇÃO
9. - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
10. - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11. - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de produtos para refeitório, copa e cozinha, sendo copos descartáveis de 200 ml e 50 ml para utilização no Núcleo de Atenção Integral a Saúde da 7ª RPM e para Sessão de Assistência à Saúde do 7º BPM, além da compra de portas de madeira e porta de vidro para substituir as portas danificadas do IPSM da 7ª RPM.

**1.1. Caracterização do Objeto:****NAIS/EM7RPM**

Lote	Item	Código do item no SIAD	Qtde.	Unidade de Aquisição	Descrição do item CATMAS	Valor unitário	Valor Total
01	01	001725688	50 pacotes	Pacotes com 100 unidades	COPO DESCARTÁVEL, MATERIA PRIMA POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO, CAPACIDADE VOLUMETRICA DE 200ML, MASSA MÍNIMA 1,8 G, RESITENCIA MINIMA 0,8N, SEM TAMPA, APRESENTAÇÃO PACOTE COM 100 COPOS	R\$ 0,0727	R\$ 363,50
01	02	00172560671	20 pacotes	Pacotes com 100 unidades	COPO DESCARTÁVEL, MATERIA PRIMA POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO, CAPACIDADE VOLUMETRICA DE 50ML, MASSA MÍNIMA 0,75 G, RESITENCIA MINIMA 1,6N, SEM TAMPA, APRESENTAÇÃO PACOTE COM 100 COPOS	R\$ 0,0563	R\$ 112,60

**SAS/7º BPM**

Lote	Item	Código do item no SIAD	Qtde.	Unidade de Aquisição	Descrição do item CATMAS	Valor unitário	Valor Total
01	01	001725688	25 pacotes	Pacotes com 100 unidades	COPO DESCARTÁVEL, MATERIA PRIMA POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO, CAPACIDADE VOLUMETRICA DE 200ML, MASSA MÍNIMA 1,8 G, RESITENCIA MINIMA 0,8N, SEM TAMPA, APRESENTAÇÃO PACOTE COM 100 COPOS	R\$ 0,0727	R\$ 181,75

01	02	00172560671	10 pacotes	Pacotes com 100 unidades	COPO DESCARTÁVEL, MATERIA PRIMA POLIPROPILENO OU POLIESTIRENO, CAPACIDADE VOLUMETRICA DE 50ML, MASSA MÍNIMA 0,75 G, RESITENCIA MINIMA 1,6N, SEM TAMPA, APRESENTAÇÃO PACOTE COM 100 COPOS	R\$ 0,0563	R\$ 56,30
----	----	-------------	------------	--------------------------	--	------------	-----------

**IPSM/EM7RPM**

Lote	Item	Código do item no SIAD	Qtde.	Unidade de Aquisição	Descrição do item CATMAS	Valor unitário	Valor Total
02	01	000630470	01	Unidade	PORTA - TIPO DA MADEIRA: ANGELIM; ACABAMENTO: PRANCHETA E LISA; DIMENSOES: 70CM LARGURA X 210CM ALTURA 3,5 CM;	R\$ 207,40	R\$ 207,40
02	02	001853627	01	Unidade	PORTA - TIPO DA MADEIRA: ANGELIM OU TAUARI OU SIMILAR; ACABAMENTO: LISA E MACICA; DIMENSOES: 80 CM X 210 CM X 3 A 3,5CM (L X A X E);	R\$ 308,30	R\$ 308,30
02	03	001857312	02	Unidade	FECHADURA - MATERIA-PRIMA: ACO INOX; TIPO: COM TAMBOR E MACANETA TIPO L; UTILIZACAO: PORTA DE MADEIRA;	R\$ 56,00	R\$ 112,00
02	04	001652907	06	Unidade	DOBRADICA - MATERIA-PRIMA: ACO; ACABAMENTO: GALVANIZADA, COR PRETA; TIPO: PARA PORTA DE MADEIRA; MEDIDAS: 3 X 2,5 POLEGADAS;	R\$ 10,00	R\$ 60,00

02	05	001276654	01	Unidade	PORTA DE VIDRO - ESQUADRIAS: SEM ESQUADRIAS; VIDRO: TEMPERADO, 90CMX210CMX10MM (LXAXE); COR: FUME; ACABAMENTO: PUXADOR MADEIRA CIRCULAR; TIPO: DE ABRIR; COM ACESSÓRIOS, CONJUNTO DE FERRAGENS, ADESIVAÇÃO E INSTALAÇÃO INCLUSOS	R\$ 3.630,00	R\$ 3.630,00
----	----	-----------	----	---------	---	--------------	--------------

## 1.2. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

1.2.1. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

## 1.3. Da Contratação:

1.3.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa.

1.3.2. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 1.4. Descrição da Solução:

1.4.1 Os materiais relacionados no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência deverão ser fornecidos em conformidade com a coluna "**DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM**", bem como as observações do item 1.5.2, caso ocorra divergência com a descrição da coluna "**DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS**". Assim, caso a descrição das colunas, citadas anteriormente, estejam diferentes deve ser considerado o descrito na coluna "**DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO ITEM**", pois o item descrito nessa coluna é o que melhor atende a necessidade da administração pública. Todas as dúvidas podem ser sanadas através do telefone (37) 3301-0120.

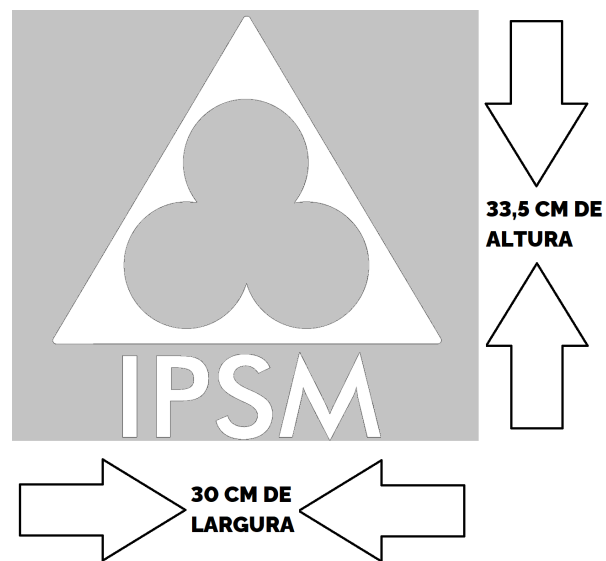
1.4.2 Aquisição de equipamentos para refeitório, copa e cozinha para compra de 5.000 copos descartáveis de 200 ml e 2.000 copos de 50 ml de Polipropileno ou Poliestireno na cor branca ou transparente para utilização no Núcleo de Atenção Integral a Saúde da 7ª RPM e 2.500 copos descartáveis de 200ml e 1.000 copos de 50 ml para a Sessão de Assistência à Saúde do 7º BPM.

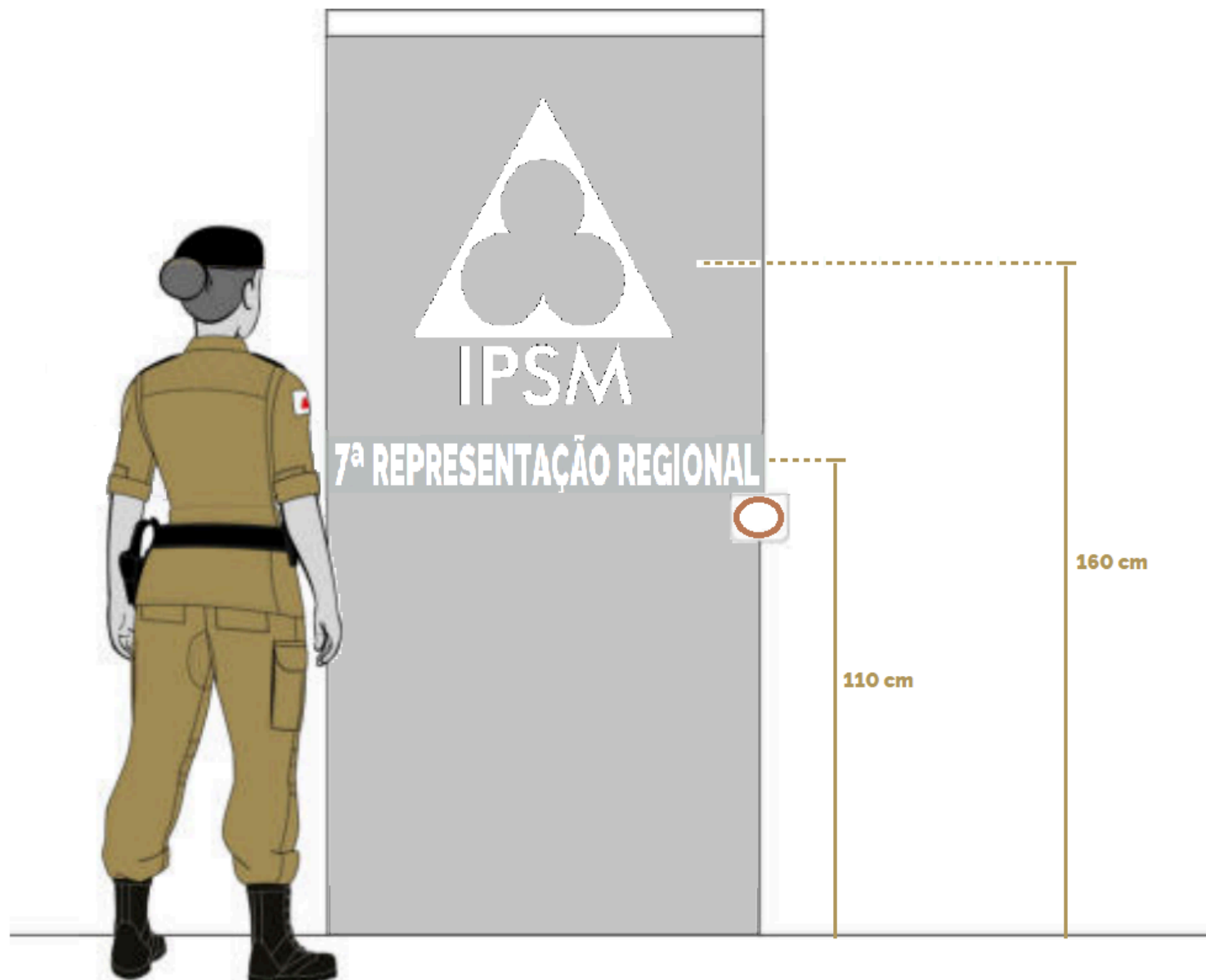
1.4.3 Aquisição de uma porta de madeira com abertura de giro, acabamento lisa, sem marco, com fechadura, puxador e dobradiças, nas medidas 70cm de largura, 210cm de altura e profundidade 3,5 a 4cm; aquisição de uma porta de madeira com abertura de giro, acabamento lisa, sem marco, com fechadura, puxador e dobradiças, nas medidas 80cm de largura, 210cm de altura e profundidade 3,5 a 4cm; aquisição de uma porta de vidro, na cor fumê, com abertura pivotante, com todos acessórios e ferragens necessários para instalação, fixador de chão para travamento da porta aberta, puxador redondo de madeira e fechadura com chave, nas medidas 90cm de largura, 210cm de altura, vidro de 10mm de espessura, fornecimento e instalação dos adesivos institucionais, conforme imagens do item 1.4.4 da descrição da solução, e também a instalação da porta de vidro. Obs.: O vão estará livre para receber a nova porta no dia programado.

### 1.4.4 Fotos ilustrativas do Item 03 (Lote 03) - Código do Item 001276654:



Acima foto da porta de madeira que será substituída pela porta vidro, e receberá os adesivos institucionais.





## Sinalização sobre vidro

### 1. ESCUDO

A aplicação do Escudo, quando feita em portas de vidro, seguirá as seguintes especificações: Vinil autoadesivo jateado transparente na versão monocromática a uma altura de 160cm do solo.

### 2. FAIXA DE VINIL JATEADO

Deverão ser aplicadas, a uma altura de 110cm, nas portas de vidro das unidades.

ESPECIFICAÇÕES: Vinil autoadesivo com efeito jateado transparente, personalizado com Logotipos vazados e distribuídos conforme ilustração.

**Acima fotos ilustrativas dos adesivos institucionais e orientações sobre os adesivos e instalação.**



Acima fotos das portas de madeira de serão substituídas por outras de madeira, conforme descrito no item 1.4.3, referente ao Item 01 (Lote 03) - Código do Item 001334409 (foto a esquerda) e Item 02 (Lote 03) - Código do Item 001853627 (foto a direita).

## **2.FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A presente aquisição tem por objetivo a compra de copos descartáveis de 200 ml para ingestão de água pelos usuários dos serviços de saúde e de copos descartáveis de 50 ml utilizados para bochechos nos atendimentos de Odontologia. Além da necessidade de substituição das portas de madeira desgastadas e danificadas pelo uso e pelo tempo.

## **3.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1.Sustentabilidade: em consulta ao Catálogo de Materiais Sustentáveis, o CATMAT não está enquadrado como Sustentável.

3.2.Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

3.2.1.Na presente contratação, será admitida a indicação de marca, característica ou modelos, de acordo com as justificativas contidas na Dispensa de Estudos Técnicos Preliminares.

### **3.3.Da Participação de Consórcio:**

3.3.1.Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio..

### **3.4.Da Participação de Cooperativa:**

3.4.1.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

### **3.5.Da Subcontratação:**

3.5.1.Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

### **3.6.Da Sustentabilidade:**

3.6.1Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

3.6.2Não há viabilidade de adoção de critérios ou práticas de sustentabilidade na presente contratação.

### **3.7.Da Indicação de Marcas ou Modelos:**

3.7.1Não serão exigidos marcas ou modelos específicos para contratação

### **3.8.Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**

3.8.1Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

### **3.9.Da Exigência de Carta de Solidariedade:**

3.9.1.Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

### **3.10.Da Garantia da Contratação:**

3.10.1 Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

### **3.11.Da Garantia do Produto, da Manutenção e da Assistência Técnica:**

3.11.1Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

### **3.12.Da Vistoria**

3.12.1.Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto, ficando essa opção facultada ao fornecedor.

## **4.MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **4.1.Do Prazo de Entrega:**

4.1.1.O prazo de entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4.1.1.1.O objeto será entregue em remessa única.

4.1.2.Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação do prazo para entrega, ficando a cargo da área demandante, motivadamente, acolher ou rejeitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **4.2.Do Local e Horário de Entrega:**

4.2.1.Os materiais deverão ser entregues e instalados no seguinte endereço: **Rua Mato Grosso, Nº 1800, Bairro Jardim Nova América, Divinópolis/MG, Cep.: 35500-067, NAIS/EM7RPM da Polícia Militar de Minas Gerais**, no horário de **segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira, no horário de 09 às 17h .**

4.2.2.Os materiais deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, sendo sua instalação executada no dia da entrega.

4.2.3.O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

## **5.CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **5.1.Do Recebimento:**

5.1.1.Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1.Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

5.1.2.Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.3.O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6.O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7.O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

## **5.2.Da Liquidação:**

5.2.1.A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2.Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1.O vencimento;

5.2.2.2.A data da emissão;

5.2.2.3.Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4.O período respectivo de execução do objeto;

5.2.2.5.O valor a pagar; e

5.2.2.6.Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.2.7.Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.3.A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **5.3.Do Pagamento:**

5.3.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1.A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2.No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.3.3.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1.Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.4.O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.3.4.1.Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.3.5.O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **6.MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1.Regras Gerais:**

6.1.1.O contrato será substituído pela nota de empenho e recebimento da Autorização de Fornecimento.

### **6.2.FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

6.2.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por lote.

6.2.2.O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

6.2.3.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$100,00 (cem reais)**.

### **6.3.Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**

6.3.1.A proposta terá validade de **30 (trinta)** dias corridos contados da data de sua apresentação.

6.3.1.1.O fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes às demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.3.1.2.Da Amostra:

6.3.1.2.1.Não será exigida a apresentação de amostras nesta contratação.

#### **6.4.Da Prova de Conceito (PoC):**

6.4.1.Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

### **7.HABILITAÇÃO**

7.1.Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **7.1.1.Habilitação Jurídica:**

7.1.1.1.Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.1.2.Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.1.3.Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.1.4.Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.5.Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.1.1.6.Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.1.7.Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.1.8.Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.1.1.9.Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - PRONAF – DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015.

7.1.1.10.Produzidor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.1.1.11.Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **7.1.2.Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

7.1.2.1.Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.1.2.2.Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.2.3.Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I- A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

II- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.1.2.4.Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

7.1.2.5.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.1.2.6.Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

### **7.1.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

7.1.3.1.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

7.1.3.2.Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais:

I- Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo fornecedor de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

#### **7.1.4.Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:**

7.1.4.1.Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

#### **7.1.5.Declaração:**

7.1.5.1.Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

7.1.5.2.Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

### **8.OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

#### **8.1.Do Contratante:**

8.1.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

8.1.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

8.1.5.Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

8.1.6.Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.7.Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.1.8.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

8.1.9.Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

8.1.10.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1.A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.11.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

8.1.12.Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

8.1.13.Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

8.1.14.Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

8.1.15.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8.2.Do Contratado:**

8.2.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.2.2.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

8.2.3.Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.2.4.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.2.5.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

8.2.6.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.2.7.Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

8.2.8.Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2.9.Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

8.2.10.Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

8.2.11.Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

8.2.12.Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

8.2.13.Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.2.14.Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.15.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.2.16.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.16.1.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2.17.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.2.18.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2.19.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

8.2.20.Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

8.2.21.Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

8.2.22.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.2.23.Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.2.24.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1.Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou fornecedor que:

9.1.1.Der causa à inexecução parcial da contratação;

9.1.2.Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3.Der causa à inexecução total da contratação;

9.1.4.Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5.Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6.Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8.Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento e execução do contrato;

9.1.9.Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

9.1.10.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11.Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**9.2.1. Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**9.2.2. Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**9.2.4. Multa:**

9.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.9. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

9.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à

pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.12.O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.13.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.14.Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1.O custo estimado total da contratação é de **R\$476,10 (Quatrocentos e setenta e seis reais e dez centavos) da cotação orçamentária do NAIS/EM7RPM, R\$ 238,05( Duzentos e trinta e oito reais e cinco centavos) da cotação orçamentária da SAS/7º BPM ambos para aquisição de copos descartáveis e R\$4.317,70 (quatro mil trezentos e dezessete reais e setenta centavos) da cotação orçamentária do NAIS/EM7RPM para portas do IPSM.** conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual relativa ao exercício financeiro vigente.

11.1.1.A contratação será atendida pela seguinte dotação: **1251 10 302 135 2060 0001 339030 03 0 60 2 (copos descartáveis) - 1251 10 302 135 2060 0001 3 3 90 30 21 60 2 0 (portas)**

**Marcos Borges Júnior, 2º SGT PM QPE**

**Auxiliar De Saúde/NAIS/EM7RPM**

**Geraldo Magela Tavares da Silva, 2ºº SGT PM QPE**

**Auxiliar de Saúde/SAS/7ºBPM**

**Eduardo Ker Gabriel, Ten Cel BM QOS**

**Responsável Direto NAIS/EM7RPM**



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Borges Júnior, 2ºSargento**, em 02/06/2026, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Magela Tavares da Silva, 2º Sargento**, em 02/06/2026, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ker Gabriel, Major BM**, em 03/06/2026, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **139608810** e o código CRC **B0A9FA8E**.

**Referência:** Processo nº 1250.01.0008995/2026-52

SEI nº 139608810